CLIPPING INTERNET

06/07/2022 ATÉ 06/07/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 SITE IMIRANTE.COM..... 1
1.2 SITE O MARANHENSE..... 2
2 DECISÕES
2.1 BLOG GLAUCIO ERICEIRA..... 3
2.2 BLOG JEISAEL.COM..... 4
2.3 BLOG MÁRIO CARVALHO..... 5
2.4 BLOG NETO WEBA..... 6
2.5 SITE GAZETA DO MARANHÃO..... 7
2.6 SITE MIGALHAS..... 8
3 DESEMBARGADOR
3.1 SITE O MARANHENSE..... 9
4 EVENTOS
4.1 SITE MARANHÃO HOJE..... 10
5 PRESIDÊNCIA
5.1 BLOG MARCO DEÇA..... 11
5.2 BLOG MÁRIO CARVALHO..... 12
5.3 SITE PORTAL DO GUIGUI..... 13

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
06/07/2022 - BLOG GLAUCIO ERICEIRA
POSITIVA
Justiça encerra ação penal contra Weverton Rocha

Justiça encerra ação penal contra Weverton Rocha

A desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes, do Tribunal de Justiça do Maranhão, encerrou ação penal contra o senador e pré-candidato ao Governo pelo PDT, Weverton Rocha.

A magistrada, ao atender pedido da defesa do parlamentar, confirmou liminar que havia suspendido a ação.

A desembargadora, em sua sentença, considerou que o Ministério Público usou provas anuladas ao apresentar a acusação de peculato e fraudes à lei de licitações.

“A Justiça do Maranhão encerrou a ação que corria contra mim pela reforma do Ginásio Costa Rodrigues. O Judiciário reconheceu o que sempre afirmei: não havia provas para as denúncias, que tinham motivações políticas. A Justiça dos homens pode tardar, mas não falha. Vitória da fé em sempre buscar a verdade”, comentou Weverton nas suas redes sociais.

Abaixo, trecho da notícia veiculada no Jornal Nacional, da Rede Globo, nesta noite.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
06/07/2022 - BLOG JEISAEL.COM
POSITIVA
Costa Rodrigues: Justiça encerra ação contra Weverton Rocha

Costa Rodrigues: Justiça encerra ação contra Weverton Rocha

05/07/2022 22:05:58

Decisão da desembargadora do TJMA Graça Duarte pôs fim a uma ação contra o pedetista a pedido do senador que já havia obtido liminar suspendendo a ação

A Justiça maranhense extinguiu a ação penal contra o Weverton por considerar que o Ministério Público usou provas anuladas, portanto ilícitas, para sustentar a acusação de peculato e fraudes à Lei de Licitação.

O caso Costa Rodrigues é famoso na história política do Maranhão, usado por adversários do senador pedetista há muito tempo como instrumento de ataques para tentar desqualifica-lo e desgasta-lo diante da opinião pública.

Com a decisão da Justiça, os adversários do pré-candidato a governador devem, a partir de agora, adotar algum discurso que possa questionar a decisão judicial para poder continuar a usar o caso como instrumento de narrativa política.

O senador Weverton Rocha reagiu à decisão dizendo que o judiciário reconheceu o que ele sempre afirmou:

"O inquérito teve motivações políticas"

A decisão da desembargadora Graça Duarte em favor do político maranhense foi destaque no Jornal Nacional, da Rede Globo.

Notícia foi dada por Willian Bonner na bancada do JN

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
06/07/2022 - BLOG MARCO DEÇA
NEUTRA
Desembargador que ocupou o governo encaminhou R$ 110 milhões em crédito para sua própria corte?

Desembargador que ocupou o governo encaminhou R$ 110 milhões em crédito para sua própria corte?

Presidente do Tribunal de Justiça, Paulo Velten liberou crédito suplementar à sua corte nos dias que antecederam à entrega do poder ao governador-tampão Carlos Brandão, numa operação em que atuou dos dois lados do balcão

O tampão substituto recebeu o tampão oficial na sexta-feira, 1º, não sem antes repassar á corte que preside um montante de R$ 110 milhões em crédito suplementar

O desembargador Paulo Velten, presidente do Tribunal de Justiça, ocupou o Governo do Estado por cerca de 30 dias, como uma espécie de tampão do governador-tampão Carlos Brandão (PSB).

Neste período, cumpriu a risca o o roteiro desenvolvido pelo ex-governador Flávio Dino (PSB), dono do mandato, pelo menos até as eleições de outubro; Velten assinou liberação de mais de R$ 1 bilhão em créditos fundo a fundo para prefeituras e outros cerca de R$ 40 milhões em emendas de deputados estaduais.

Mas não deixou o cargo sem beneficiar a sua própria corte.

Às vésperas de devolver o mandato tampão ao tampão principal, em 28 de junho, assinou o Decreto nº 37.758, abrindo crédito suplementar ao Tribunal de Justiça no valor de mais de R$ 110 milhões.

Em qualquer lugar do mundo, estaria demarcado aí um escândalo de proporções inimagináveis.

Mas no maranhão, terra de ninguém,. tudo pode, tudo é permitido...

Veja abaixo o Decreto de Paulo Velten:

Deu na Globo: Justiça do Maranhão encerra ação penal contra Weverton no caso do Ginásio Costa Rodrigues

Deu no Jornal Nacional que a desembargadora Graça Duarte, do Tribunal de Justiça do Maranhão, encerrou uma ação penal contra o senador Weverton Rocha (PDT), pré-candidato ao Governo do Maranhão, sob acusações de malversação de recursos públicos na reforma do Ginásio Costa Rodrigues, quando o parlamentar era secretário de Esportes do então governo Jackson Lago, no período de 2007 a 2009.
Nas redes sociais o senador pedetista disse que "o Judiciário reconheceu o que sempre afirmei: não haviam provas para as denúncias, e sim, motivações políticas! A Justiça pode tardar, mas não falha!"

Veja abaixo a notícia sendo veiculada em horário nobre, no Jornal Nacional, na apresentação do jornalista William Bonner.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
06/07/2022 - BLOG MÁRIO CARVALHO
NEUTRA
Escândalo: Desembargador autorizou mais de R$ 110 milhões no governo, cuja verba será gerenciada por ele próprio na presidência do judiciário do Maranhão

Escândalo: Desembargador autorizou mais de R$ 110 milhões no governo, cuja verba será gerenciada por ele próprio na presidência do judiciário do Maranhão

Se não é ilegal, pode ser um tanto quanto imoral! Assim pode ser descrita a narrativa a seguir que ocorreu no Maranhão, no final de junho, no apagar das luzes do mandato interino do governo do desembargador Paulo Velten, atual presidente do Tribunal de Justiça do Estado.
Isso porque antes de entregar o comando do Palácio dos Leões para as maõs do governador Carlos Brandão (PSB), que esteve afastado do cargo para tratamento de saúde por um período de 40 dias, em São Paulo, o magistrado autorizou um crédito suplementar de mais de R$ 110 milhões, em benefício do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), cuja corte é presidida pelo próprio desembargador Paulo Velten.

A confirmação do montante milionário aos cofres do Judiciário está no Decreto Nº 37.758, de 28 de junho de 2022, assinado pelo próprio magistrado, quando esteve na condição de governador interino do Maranhão.

A verba deve ser usada para arcar com as despesas do Judiciário maranhense e já está à inteira disposição do presidente Paulo Velten.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
06/07/2022 - BLOG NETO WEBA
POSITIVA
Justiça encerra ação penal contra Weverton Rocha

Justiça encerra ação penal contra Weverton Rocha

A desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes, do Tribunal de Justiça do Maranhão, encerrou ação penal contra o senador e pré-candidato ao Governo pelo PDT, Weverton Rocha.

A magistrada, ao atender pedido da defesa do parlamentar, confirmou liminar que havia suspendido a ação.

A desembargadora, em sua sentença, considerou que o Ministério Público usou provas anuladas ao apresentar a acusação de peculato e fraudes à lei de licitações.

“A Justiça do Maranhão encerrou a ação que corria contra mim pela reforma do Ginásio Costa Rodrigues. O Judiciário reconheceu o que sempre afirmei: não havia provas para as denúncias, que tinham motivações políticas. A Justiça dos homens pode tardar, mas não falha. Vitória da fé em sempre buscar a verdade”, comentou Weverton nas suas redes sociais.

Abaixo, trecho da notícia veiculada no Jornal Nacional, da Rede Globo, na noite desta terça-feira.

DEU NA GLOBO: JUSTIÇA DO MARANHÃO ENCERRA AÇÃO PENAL CONTRA WEVERTON NO CASO DO GINÁSIO COSTA RODRIGUES

Deu no Jornal Nacional que a desembargadora Graça Duarte, do Tribunal de Justiça do Maranhão, encerrou uma ação penal contra o senador Weverton Rocha (PDT), pré-candidato ao Governo do Maranhão, sob acusações de malversação de recursos públicos na reforma do Ginásio Costa Rodrigues, quando o parlamentar era secretário de Esportes do então governo Jackson Lago, no período de 2007 a 2009.

Nas redes sociais o senador pedetista disse que “o Judiciário reconheceu o que sempre afirmei: não haviam provas para as denúncias, e sim, motivações políticas! A Justiça pode tardar, mas não falha!”

Veja abaixo a notícia sendo veiculada em horário nobre, no Jornal Nacional, na apresentação do jornalista William Bonner.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
06/07/2022 - SITE IMIRANTE.COM
POSITIVA
PERGENTINO HOLANDA - O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) homenageou(...)

TRIVIAL VARIADO

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) homenageou, ontem, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Guilherme Augusto Caputo Bastos, corregedor-geral da Justiça do Trabalho, com a concessão da Medalha Especial Cândido Mendes, a mais alta comenda do Poder Judiciário maranhense.

Ainda em São Luís, o ministro Caputo Bastos participará do Seminário “Questões Atuais do Direito do Trabalho Portuário”, a ser realizado pelo Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO Itaqui), nesta quinta-feira, no Hotel Luzeiros.

No assunto: o ministro discorrerá sobre o tema “Aspectos Gerais do Direito Portuário”. E o objetivo da iniciativa é discutir os impactos jurídicos ocorridos no cenário atual, assim como as diretrizes e normas do Direito Portuário que trazem maior segurança jurídica, garantindo a proteção legal das práticas do trabalho portuário.

Em tempo: destinado às pessoas que atuam no Poder Judiciário maranhense e à comunidade empresarial portuária, o evento não exige inscrição, mas os interessados em participar devem confirmar a presença até esta quarta-feira pelo e-mail qualidade@ogmoitaqui.org.br e/ou pelo WhatsApp (98)99116-6718.

A propósito: o ministro Caputo Bastos está realizando correição no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (Maranhão) no período de 4 a 8 de julho. Durante a correição nos Tribunais Trabalhistas, o ministro promove o voluntariado e a solidariedade por meio da campanha Corregedoria Solidária.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - EVENTOS
06/07/2022 - SITE MARANHÃO HOJE
POSITIVA
Ministro do TRT recebe Medalha Cândido Mendes no Tribunal de Justiça do Maranhão

Ministro do TRT recebe Medalha Cândido Mendes no Tribunal de Justiça do Maranhão

por Aquiles Emir -5 de julho de 2022053
Guilherme Caputo é distinguido pelo Poder Judiciário
O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) homenageou, nesta terça-feira (05), o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Guilherme Caputo Bastos, corregedor-geral da Justiça do Trabalho, com a concessão da Medalha Especial Cândido Mendes, a mais alta comenda do Poder Judiciário maranhense. O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, disse que é uma homenagem mais que merecida.

“O ministro Caputo Bastos tem, ao longo de sua carreira jurídica, demonstrado dedicação, esforço e contribuído no aprimoramento das instituições da Justiça. E a Justiça do Trabalho, que ele aqui também representa, tem feito um papel extraordinário e pioneiro em todo o Poder Judiciário, servindo de laboratório para as inovações no campo do processo e da própria transformação digital dos serviços prestados pela Justiça. Muitos dos nossos procedimentos judiciais foram testados na Justiça do Trabalho, a exemplo dos métodos de conciliação”, comentou.

Paulo Velten disse, ainda, que o ministro Caputo Bastos, hoje corregedor-geral da Justiça do Trabalho, tem uma vida inteira dedicada ao estudo, ao aprimoramento profissional e ao engrandecimento da Justiça Brasileira.

“O Tribunal de Justiça faz uma homenagem devida. A concessão da medalha já havia sido aprovada pelo Pleno, em 2018, e agora aqui, na sua vinda ao Maranhão, é uma oportunidade mais do que justa e adequada para fazermos a entrega desta, que é a nossa maior comenda”, concluiu.

Paulo Velten também entregou ao ministro Caputo Bastos e ao presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-16ª Região), desembargador Francisco José de Carvalho Neto, o livro “O Tribunal de Justiça do Maranhão: Crônica ligeira escrita em comemoração de seu bicentenário” e a Medalha Comemorativa dos 200 Anos do Tribunal de Justiça.

Homenagem – Caputo disse que a homenagem é a todo o TRT-MA . “Tenho certeza que esse reconhecimento é fruto de um trabalho coletivo. É uma grande homenagem que o Poder Judiciário do Maranhão presta à Justiça do Trabalho. É ver que a Justiça do Trabalho está cumprindo sua missão, sobretudo nessa boa relação com os poderes do Estado”, frisou.

A “Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes” foi criada pela Resolução nº 56, de 23 de outubro de 2013, em reverência ao grande jurista maranhense que se notabilizou pelos estudos jurídicos em defesa das fronteiras do país. É concedida pelo Tribunal de Justiça a desembargadores, conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, governador, ministros de tribunais superiores, ministros de estado, senadores e presidente da República.

Participaram da solenidade os desembargadores Ricardo Duailibe (vice-presidente do TJMA), Marcelino Everton (2º vice-presidente), Vicente de Paula, Ronaldo Maciel, desembargadora Sônia Amaral, desembargadores e desembargadoras do TRT – 16ª Região e juízes.

A obrigação de entrega futura de soja e milho por um produtor rural em recuperação judicial

Diego da Mota Borges e Douglas Bruno dos Santos
Recentemente o STJ foi chamado a se pronunciar a respeito de uma obrigação de entrega futura de soja e milho, por um produtor rural em recuperação judicial, em que o produtor alegava impossibilidade de cumprir a obrigação, tendo em vista que soja e milho se constituíam em bens de capital essência à atividade.
quarta-feira, 6 de julho de 2022

O art. 49 da lei 11.101/05, institui em seu §3º, parte final, que os bens, considerados essenciais a manutenção da atividade empresarial, não pode ser alienado ou vendido quando a empresa/produtor rural se encontra em processo de recuperação judicial.

O termo "essencialidade" tem sido utilizado pela doutrina majoritária para definir os bens que implicam diretamente na manutenção da atividade empresarial da empresa em recuperação1. Trata-se, portanto, de bens sem os quais a empresa não conseguirá continuar oferecendo seus serviços ou produtos.

Nesse sentido, é possível entender que o legislador pretendeu conferir verdadeira proteção a empresa em recuperação judicial mediante a proteção dos bens essenciais a manutenção de sua atividade, haja vista que a alienação de seus bens essenciais poderá ocasionar eventual decretação de falência.

Todavia, a análise dos bens essenciais ao exercício da empresa se mostra um tanto quanto controvérsia. Isso porque, se os bens são considerados essenciais a manutenção da empresa, é possível entender que os frutos e rendimentos oriundos de tais bens, como soja e milho, também devem ser considerados essenciais? Para o Superior Tribunal de Justiça, não.

O recentíssimo posicionamento adotado pela Corte Cidadã foi no sentido de entender que não há essencialidade nos frutos e rendimentos produzidos pelo produtor, pois não se tratam de bens que podem inviabilizar a manutenção e continuidade da sua atividade.

Ao julgar o REsp 1.991.989/MA, de relatoria da ministra Nancy Andrighi, a Corte Superior se posicional no sentido de que somente os bens responsáveis pela produção ou prestação de serviços podem ser considerados essenciais e não o proveito econômico obtido pela utilização de tais bens, assim o fazendo para reformar o Acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Na oportunidade, os Desembargadores do Tribunal Maranhense entenderam por chancelar a interpretação adotado pelo Juízo de primeiro no sentido de que são essenciais a continuidade da empresa os valores obtidos pela empresa em recuperação com a venda de soja e milho. Para o Magistrado os valores recebidos pela venda são "necessários e fundamentais ao soerguimento dos empresários em recuperação judicial".

Nessa mesma linha, os desembargadores maranhenses entenderam pela "essencialidade dos bens por serem de capital e indispensáveis ao soerguimento do grupo, que poderá investir o valor da venda das sacas de soja e

milho para o exercício da sua atividade empresarial e êxito de sua recuperação judicial".

Todavia, para o Superior Tribunal de Justiça "não há razão apta a sustentar a hipótese de que os grãos cultivados e comercializados pelos recorridos (soja e milho) constituam bens de capital, pois, a toda evidência, não se trata de bens utilizados no processo produtivo, mas, sim, do produto final da atividade empresarial por eles desempenhada".

O REsp 1.991.989/MA constitui um importantíssimo precedente quanto a consideração de essencialidade dos bens relacionados pelo recuperando, o que deverá ser observado pelos demais Tribunais.

Epa! Vimos que você copiou o texto. Sem problemas, desde que cite o link: https://www.migalhas.com.br/depeso/369191/a-obrigacao-de-entrega-futura-de-soja-e-milho-por-um-produtor-rural

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
06/07/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Judiciário homenageia ministro Caputo Bastos

Judiciário homenageia ministro Caputo Bastos

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) homenageou, nesta terça-feira (5/7), o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Guilherme Caputo Bastos, corregedor-geral da Justiça do Trabalho, com a concessão da Medalha Especial Cândido Mendes, a mais alta comenda do Poder Judiciário maranhense. A medalha foi entregue pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, autor da proposta de concessão da comenda.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, disse que é uma homenagem mais que merecida. "O ministro Caputo Bastos tem, ao longo de sua carreira jurídica, demonstrado dedicação, esforço e aprimoramento nas instituições da Justiça. E a Justiça do Trabalho, que ele aqui também representa, tem feito um papel extraordinário e pioneiro em todo o Poder Judiciário, servindo de laboratório para as inovações no campo do processo e da própria transformação digital dos serviços prestados pela Justiça. Muitos dos nossos procedimentos judiciais foram testados na Justiça do Trabalho, a exemplo dos métodos de Conciliação", comentou.

Paulo Velten disse, ainda, que o ministro Caputo Bastos, hoje corregedor-geral da Justiça do Trabalho, tem uma vida inteira dedicada ao estudo, ao aprimoramento profissional e ao engrandecimento da Justiça Brasileira. "O Tribunal de Justiça faz uma homenagem devida. A concessão da medalha já havia sido aprovada pelo Pleno, em 2018, e agora aqui, na sua vinda ao Maranhão, é uma oportunidade mais do que justa e adequada para fazermos a entrega desta, que é a nossa maior comenda", concluiu.

Desembargador Paulo Velten também entregou ao ministro Caputo Bastos e ao presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-16ª Região), desembargador Francisco José de Carvalho Neto, o livro "O Tribunal de Justiça do Maranhão: Crônica ligeira escrita em comemoração de seu bicentenário" e a Medalha Comemorativa dos 200 Anos do Tribunal de Justiça.

Caputo Bastos afirmou que recebeu em seu nome a comenda, mas que, no ato, representou o TST e estendeu a homenagem a todos os colegas valorosos que fazem a Justiça do Trabalho no Maranhão. "Tenho certeza que esse reconhecimento é fruto de um trabalho coletivo. É uma grande homenagem que o Poder Judiciário do Maranhão presta à Justiça do Trabalho. É ver que a Justiça do Trabalho está cumprindo sua missão, sobretudo nessa boa relação com os poderes do Estado", concluiu o ministro.

A "Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes" foi criada pela Resolução nº 56, de 23 de outubro de 2013, em reverência ao grande jurista maranhense que se notabilizou pelos estudos jurídicos em defesa das fronteiras do país. É concedida pelo Tribunal de Justiça a desembargadores, conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, governador, ministros de tribunais superiores, ministros de estado, senadores e presidente da República.

Participaram da solenidade os desembargadores Ricardo Duailibe (vice-presidente do TJMA), Marcelino Everton (2º vice-presidente), Vicente de Paula, Ronaldo Maciel, desembargadora Sonia Amaral, desembargadores e

desembargadoras do TRT - 16ª Região e juízes.

O post Judiciário homenageia ministro Caputo Bastos apareceu primeiro em O Maranhense.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
06/07/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
TJMA participa de apresentação no Centro de Lançamento de Alcântara

TJMA participa de apresentação no Centro de Lançamento de Alcântara

O comandante do 1º Comando Aéreo Regional (Comar), major-brigadeiro do Ar, Raimundo Nogueira Lopes Neto e o diretor do Centro de Lançamento de Alcântara, coronel engenheiro Fernando Benitez Leal receberam em visita institucional, o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Ricardo Duailibe, na última sexta-feira (1º/7), para apresentação das capacidades do Centro Espacial de Alcântara (CEA). Na ocasião, o desembargador estava como presidente em exercício da Corte estadual.

Durante a apresentação, o coronel engenheiro Fernando Benitez Leal apresentou as capacidades do Centro Espacial de Alcântara (CEA), explicando sobre o conjunto de bens e serviços utilizados para lançamento de veículos espaciais comerciais no território nacional. O Centro proporciona uma infraestrutura necessária para dar suporte às atividades específicas de empresas de lançamento.

Em atendimento à exploração espacial, o CEA tem condições de prover o suporte logístico, integração e testes finais de carga útil, lançamento de objetos espaciais, previsão meteorológica, coleta de dados via telemetria, rastreio, sistema de comando e controle e demais tecnologias.

JANELA BRASILEIRA PARA O ESPAÇO

O Centro de Lançamento de Alcântara é considerado uma Janela Brasileira para o espaço pela excelente posição geográfica de Alcântara, próxima à linha do Equador terrestre, numa latitude de 2º18"S que confere ao Centro excelentes condições para lançamento de foguetes e colocação de cargas científicas ou comerciais em órbitas equatoriais, ou mesmo polares.

A sua posição privilegiada em relação ao mar e a baixa densidade demográfica da região permitem condições excelentes de segurança o que, também, reduz os custos dos seguros nos lançamentos e impedem que futuros crescimentos urbanos prejudiquem a capacidade operacional do Centro.

O post TJMA participa de apresentação no Centro de Lançamento de Alcântara apareceu primeiro em O Maranhense.

O Maranhão não tem sorte! Desembargador que ocupou o governo encaminhou R$ 110 milhões em crédito para sua própria corte…

POSTED BY: RODRIGO JULHO 6, 2022

Presidente do Tribunal de Justiça, Paulo Velten liberou crédito suplementar à sua corte nos dias que antecederam à entrega do poder ao governador-tampão Carlos Brandão, numa operação em que atuou dos dois lados do balcão

O tampão substituto recebeu o tampão oficial na sexta-feira, 1º, não sem antes repassar á corte que preside um montante de R$ 110 milhões em crédito suplementar

O desembargador Paulo Velten, presidente do Tribunal de Justiça, ocupou o Governo do Estado por cerca de 30 dias, como uma espécie de tampão do governador-tampão Carlos Brandão (PSB).

Neste período, cumpriu a risca o o roteiro desenvolvido pelo ex-governador Flávio Dino (PSB), dono do mandato, pelo menos até as eleições de outubro; Velten assinou liberação de mais de R$ 1 bilhão em créditos fundo a fundo para prefeituras e outros cerca de R$ 40 milhões em emendas de deputados estaduais.

Mas não deixou o cargo sem beneficiar a sua própria corte.

Às vésperas de devolver o mandato tampão ao tampão principal, em 28 de junho, assinou o Decreto nº 37.758, abrindo crédito suplementar ao Tribunal de Justiça no valor de mais de R$ 110 milhões.

Em qualquer lugar do mundo, estaria demarcado aí um escândalo de proporções inimagináveis.

Mas no maranhão, terra de ninguém,. tudo pode, tudo é permitido…

Veja abaixo o Decreto de Paulo Velten: